

ACORDO DE COOPERAÇÃO SEMAS n°. /2020

Nº ____/2020: IPAM-SEMAS/PA
PROCESSO SEMAS/PA N°. 2020/400306

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DE
MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO
PARÁ – SEMAS E O INSTITUTO DE PESQUISA
AMBIENTAL DA AMAZÔNIA – IPAM, PARA
AÇÕES NO ÂMBITO DO PLANO ESTADUAL
AMAZÔNIA AGORA

O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, pessoa jurídica de direito público interno, doravante denominada SEMAS, com sede na Travessa Lomas Valentinas, n°. 2.717, Bairro do Marco, Belém/PA, neste ato representada por seu Secretário de Estado, **JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG n°. 1360811, emitida pela PC/PA e do CPF n°. 296.202.102-63, residente e domiciliado na cidade de Belém/PA,

e

o INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA, associação civil sem finalidade lucrativa, doravante denominado IPAM, com sede na Travessa Rômulo Maiorana, n°. 700, sala 1011, Bairro do Marco, na cidade de Belém/PA, neste ato representado por seu Diretor Executivo, **ANDRÉ LOUBET GUIMARÃES**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da Cédula de Identidade n°. 2649707, emitida pela SSP/PB e do CPF/MF n°. 372.127.291-91, residente e domiciliado no Setor de Habitações Individuais Sul (SHIS) QL 12, Conjunto 6, Casa 13, Lago Sul, na cidade de Brasília/DF,

ambas aqui reconhecidas como **PARTES**, as quais sujeitam-se, neste Instrumento, aos princípios de Direito Público e a todo arcabouço jurídico aplicável, especialmente à [Lei Federal n°. 8.666/1993](#) (art. 116), à [Lei Federal n°. 13.019/2014](#) e alteração pela [Lei Federal n°. 13.204/2015](#), bem como ao [Decreto Estadual n°. 1.835/2017](#), que regulamenta em âmbito local o Marco Regulatório para celebração de parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil,

RESOLVEM, de interesse comum, firmar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO** sob as Cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Este **ACORDO** tem por objeto a promoção de ações colaborativas que corroborem os esforços do Governo do Estado do Pará na implantação de um modelo conciliatório de desenvolvimento econômico rural, baseado na conservação e na valorização de ativos ambientais, na ampliação do potencial econômico e de eficiência de cadeias de produção, bem como na melhoria das condições sociais locais, em ações que implementem a **POLÍTICA ESTADUAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA**, o **PLANO ESTADUAL AMAZÔNIA AGORA**, e seus instrumentos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

2.1. Os objetivos, justificativas, eixos, metas, ações, descrições, produtos/resultados, responsáveis, prazos e outros elementos necessários à compreensão e ao alcance da Cláusula Primeira estabelecem-se no **PLANO DE TRABALHO** que integra este instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.

2.2 A SEMAS poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto de modo a evitar sua descontinuidade em caso de paralisação, conforme disposto no inc. XII do art. 42 da Lei Federal n.º 13.019/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS DAS PARTES

3.1. Para o alcance do objeto deste **ACORDO**, as **PARTES** comprometem-se a:

3.1.1. Elaborar Planos, Programas, Projetos e ações com finalidades específicas, conforme acordado e definido entre si, e constituirão parte integrante desde **ACORDO**;

3.1.2. Executar e acompanhar as ações, atividades e tarefas necessárias à consecução deste **ACORDO**, em consonância com a legislação vigente, com o Plano de Trabalho pactuado e com os padrões e normas técnicas disponíveis e melhor aplicáveis no tempo presente das ações;

3.1.3. Reservar espaço, quando possível, em seus meios de informação ou comunicação e eventos técnicos ou científicos para a divulgação do presente **ACORDO** e seus termos, das ferramentas empregadas, bem como dos resultados obtidos no âmbito deste **ACORDO**, ressalvados os casos sigilosos ou confidenciais, conforme assim expresso entre as **PARTES**;

3.1.4. Informar, tão logo quanto possível, a ocorrência de qualquer fato extraordinário que possa comprometer o êxito de suas obrigações;

3.1.5. Responder, individualmente, por infrações que cometer às leis, bem como por indenizações, reclamações, danos ou prejuízos causados a terceiros, direta ou indiretamente,

ASSISTENTE TECNICO IN CENTRO PER LE PERSONE CON DISABILITÀ FISICHE E PSICHICHE VIA F.lli. L.lli. 9/1729 (00106)
 Roma 28/08/2020 15:43 Aut. Assinatura: 7972103858766895.3803E30A90E05057.B46502E6A09898B05.5989E68599968592C

10.4. Nenhuma das partes poderá divulgar informações classificadas como confidenciais sem autorização prévia, salvo aos empregados pertencentes ao quadro de funcionários, contratantes ou subcontratantes, devendo a divulgação ser estritamente limitada às **PARTES** envolvidas no **ACORDO** e/ou ao pessoal autorizado de entidades governamentais associadas ao **ACORDO**;

10.5. Tal divulgação estará sujeita à autorização, por escrito, e não deverá em nenhum caso exceder o estritamente necessário para a execução das tarefas, deveres ou contratos relacionados com a informação divulgada;

10.6. Os destinatários da informação confidencial comprometer-se-ão por escrito em manter o caráter confidencial desta, devendo as **PARTES** acompanhar o cumprimento de tal obrigação;

10.7. Uma **PARTE** comunicará imediatamente à outra caso seja ou possa vir a ser incapaz de assegurar as obrigações de não-divulgação de informações confidenciais. Neste contexto, as **PARTES** procederão a consultas mútuas para determinar as medidas apropriadas em tal caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES, DIREITOS AUTORAIS, PROPRIEDADE INTELECTUAL E RESULTADOS

11.1. Durante a vigência do **ACORDO**, as **PARTES** poderão, mediante solicitação prévia, seguida de avaliação interna e decisão superior, ter acesso a materiais, dados, programas, estratégias, sistemas ou outras informações constantes de seus bancos de dados, necessárias para o cumprimento do **ACORDO**;

11.2. As **PARTES** poderão produzir documentos, relatórios, estudos e mapas, assim como produtos específicos, denominados "obras", usando informações dos bancos de dados criados ou produzidos através dos seus esforços individuais ou coletivos com base neste **ACORDO**;

11.3. Salvo se as **PARTES** pactuarem formalmente de modo distinto, os direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual sobre quaisquer dessas obras pertencerão à **PARTE** que as elaborar. Se as obras forem elaboradas conjuntamente, os direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual pertencerão a ambas as **PARTES**;

11.4. Nenhuma das **PARTES** publicará ou distribuirá os resultados das obras elaboradas conjuntamente sem o consentimento prévio da outra, nem sem reconhecer na publicação a sua participação;

11.5. Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste **ACORDO** e da divulgação de qualquer resultado ou produto relacionado ao presente instrumento, deverão sempre constar as logomarcas e/ou os nomes e/ou as siglas das Partes, a saber: **SEMAS** e **IPAM**;

11.6. Os nomes e logotipos das **PARTES** equivalem-se a marcas registradas e, como tais, não podem ser utilizadas para nenhum propósito externo sem a prévia autorização de seus proprietários;

11.7. As **PARTES** serão as únicas e exclusivas proprietárias dos resultados técnicos e de todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica que eventualmente decorra do presente **ACORDO**, sejam passíveis ou não de proteção legal através do Direito de Propriedade Intelectual;

11.8. Em se tratando de resultado protegido pelo direito autoral, ficam garantidos às **PARTES** os direitos conexos, respeitada a nomeação do autor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE E DA PUBLICAÇÃO

12.1. A letra deste **ACORDO** é de natureza pública nos termos da legislação vigente, convencionando as **PARTES** sua ampla publicidade e divulgação, especialmente para cumprimento do constitucional [Princípio da Publicidade](#) dos Atos Administrativos, da [Lei de Acesso à Informação](#) e de plataforma eletrônica de transparência, conforme [Decreto Estadual nº. 1.835/2017](#), artigos 52 e 55;

12.2 A publicação resumida deste **ACORDO**, no Diário Oficial do Estado, ficará sob a responsabilidade da SEMAS, no **prazo de 10 (dez) dias corridos** contados a partir de sua assinatura, nos termos do parágrafo 5º do artigo 28 da Constituição do Estado do Pará.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS COMUNICAÇÕES

13.1. As comunicações entre as **PARTES** poderão ser realizadas por correio eletrônico (e-mail) e serão consideradas válidas, desde que comprovadamente recebidas;

13.2. As notificações entre os signatários, relacionadas com este **ACORDO**, deverão ser feitas por escrito ou carta registrada, não sendo consideradas como recebidas aquelas destinadas para outros endereços que não os a seguir mencionados:

	Endereço oficial:
SEMAS	Travessa Lomas Valentinas, nº. 2.717. Edifício Itacaiúnas, 4º andar. Marco, Belém – PA. CEP 66.093-677.
IPAM	Travessa Rômulo Maiorana, nº. 700. Torre Vita Office, sala 1011, Marco, Belém – PA. CEP 66.093-672.

8



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACESSO AO CONHECIMENTO TRADICIONAL

14.1. Caso a consecução deste **ACORDO** e seus documentos aditivos porventura em algum momento envolvam o acesso a conhecimentos tradicionais, este deverá ocorrer mediante anuência prévia junto às comunidades locais ou indígenas, por instituição nacional interessada em acessar conhecimento tradicional, seguindo as diretrizes emanadas das resoluções do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN, para o caso a que se aplicar e ao qual se realizar programa, pesquisa ou projeto, em conformidade com a [Convenção 169](#) da Organização Internacional do Trabalho, nos termos da Legislação Brasileira, especialmente [Medida Provisória nº. 2.186-16/2001](#), a [Resolução CGEN-MMA nº. 34/2009](#), [Resolução INPI nº. 207/2009](#) e as Convenções Internacionais das quais o Brasil seja signatário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA AUSÊNCIA DE ASSOCIAÇÃO NO ÂMBITO CIVIL

15.1. As **PARTES** concordam que não há formalização de nenhum contrato de sociedade, associação no âmbito civil, *joint-venture*, empresa conjunta ou outro acordo comercial, nem há intenção em formalizar uma empresa comercial;

15.2. Nenhuma das **PARTES** tratará os termos deste **ACORDO** como uma associação legal ou tomará nenhuma ação direcionada a tal intenção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Este **ACORDO**, bem como o seu **PLANO DE TRABALHO**, poderão ser alterados a consenso das **PARTES** durante sua vigência, mediante **TERMO ADITIVO**, devidamente justificado, desde que tal interesse reste manifesto previamente por escrito;

16.2. Este **ACORDO** tem como **VEDADA** a alteração da Cláusula “Objeto”;

16.3. Resta determinado que compromissos ou acordos verbais não obrigam as **PARTES** a cumprimento, sendo considerados inexistentes para os fins deste **ACORDO**;

16.4. Considerar-se-ão válidas, para fins de cumprimento deste **ACORDO**, as comunicações expedidas a partir correio eletrônico de agentes públicos e/ou de pesquisadores e colaboradores vinculados às **PARTES**, desde que correlacionadas ao Objeto do **ACORDO** e às ações e metas estipuladas no respectivo Plano de Trabalho.



Apoio na elaboração de estratégias para a implementação de PRA nos municípios dos territórios sustentáveis	Reuniões de apresentação das análises e discussão sobre as estratégias para a recuperação dos passivos ambientais e valorização dos ativos ambientais.	Relatório consolidado com resultado/discussões das reuniões com SEMAS e secretarias municipais	Gabriela Savian/IPAM Mês 01/60 a 06/60 SAGRA/ SEMAS
--	--	--	---

¹ Onde "Mês 01/60" equivale ao 1º mês de vigência do Acordo de Cooperação e "Mês 60/60" equivale ao último mês de vigência.

² Meta com rebatimento direto tanto no Programa Territórios Sustentáveis, quanto no Programa Regulariza Pará, ambos dentro do Plano Estadual Amazônia Agora.

SEIXO 2: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DE BAIXO CARBONO E CONTROLE DO DESMATAMENTO

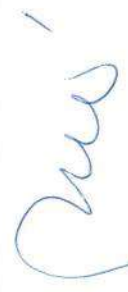
Meta	Ação	Descrição sucinta da Ação	Produto/ Resultado Esperado	Responsável/ Setor	Cronograma ³
Contribuir com as capacidades técnicas e estratégicas da SEMAS/PA para a implementação da Política Estadual sobre Mudança do Clima (PEMC)	Divulgação de dados de desmatamento e queimadas anuais para a orientação às políticas, planos, programas e ações de controle do desmatamento	Análises dos dados de desmatamento do Estado para contribuir na definição de planos de ação táticos e operacionais.	Relatório análise de desmatamento e queimadas Pará	Eugênio Pantoja/IPAM CIMAM/ SEMAS	Mês 01/60 a 18/60
	Realizar um evento regional sobre direito ambiental e mudanças climáticas	Evento Regional a ser realizado pelo IPAM em parceria com a SEMAS/PA, com participação das secretarias de meio ambiente e atores	Relatório evento	Gabriela Savian/IPAM SAGRA/ SEMAS	Mês 01/60 a 06/60
	Orientar a utilização de plataformas de quantificação de emissões/estoque de carbono para subsidiar a política estadual de mudanças climáticas.	Reunião de capacitação sobre o uso das plataformas existentes para cálculo de estoque e emissões de GEE	Relato oficina virtual	Ane Alencar/IPAM SAGRH/ SEMAS	Mês 01/60 a 06/60
	Debates sobre instrumentos econômicos para a valorização e valoração de ativos ambientais	Com base nas análises de ativos ambientais e estudos já realizados, fomentar a implementação de instrumentos de valoração e valorização dos ativos ambientais no âmbito das políticas de clima do Estado do Pará por meio de reuniões de apresentação com SEMAS e secretarias municipais	Documentos técnicos compartilhados e relatório das reuniões	Erika Pinto/IPAM SAGRH/ SEMAS	Mês 01/60 a 06/60
Fomentar a implementação de instrumentos econômicos de valoração e valorização de ativos ambientais ⁴					
Contribuir com a formação de agentes ligados às cadeias produtivas de cacau e pecuária para regularização das atividades e implementação de técnicas	02 capacitações para técnicos e outros atores ligados as cadeias produtivas do cacau e da pecuária.	O processo de capacitação envolverá agentes de ATER, gestores públicos, das OSCs e de empresas privadas com vista ao cumprimento da legislação ambiental em vigor e a implementação	Relatório das Capacitações	Lucimar Souza/IPAM SAGRH/ SEMAS	Mês 01/60 a 36/60

sustentáveis	de técnicas de produção sustentáveis.			
Cadeias produtivas da agricultura familiar estruturadas aumentando a renda e autonomia econômica e segurança alimentar dos produtores.	Instalar 24 agroindústrias de produtos da agricultura familiar nos 12 municípios: Anapu, Pacajá, Novo Repartimento, Floresta do Araguaia, Conceição do Araguaia, Rio Maria, Xinguara, Sapucaia, Parauapebas, Curionópolis, Marabá e Itupiranga	Serão instaladas agroindústrias individuais e/ou coletivas nos municípios para fortalecer as cadeias produtivas já desenvolvidas na região como mandiocultura e fruticultura.	Relatório técnico	Lucimar Souza/IPAM SAGRH/ SEMAS Mês 01/60 a 36/60

3 Onde "Mês 01/60" equivale ao 1º mês de vigência do Acordo de Cooperação e "Mês 60/60" equivale ao último mês de vigência.
 4 Com atenção especial ao art. 30 da Lei Estadual nº. 9.048/2020 (PEMC).

EIXO 3: RESTAURAÇÃO FLORESTAL

Meta	Ação	Descrição sucinta da Ação	Produto/ Resultado Esperado	Responsável/ Ponto Focal	Cronograma ⁵
Indicar o número de hectares a serem restaurados provenientes de instrumentos indutores de restauração neste estado no mencionado período.	Mapear informações preliminares	Acessar as informações relativas aos principais instrumentos legais indutores de restauração no estado do Pará.	Relatório técnico	SAGRH/ SEMAS Lucimar Souza/IPAM	Mês 01/60 a 04/60
	Mapear processos e termos de compromisso	Identificar aqueles processos referentes a termos de compromisso firmados a partir de uma motivação legal.	Relatório técnico	SAGRH/ SEMAS Lucimar Souza/IPAM	Mês 04/60 a 06/60
	Apoiar a construção de um Banco de Dados	Organizar as informações referentes a esses processos.	Relatório técnico	SAGRH/ SEMAS Lucimar Souza/IPAM	Mês 05/60 a 07/60
	Sistematizar e socializar os resultados	Contribuir para a construção de um banco de dados que contenha informações sobre a demanda de restauração da vegetação nativa no estado do Pará oriunda de instrumentos legais.	Banco de dados consolidado com demanda de restauro	SAGRH/ SEMAS Lucimar Souza/IPAM	Mês 05/60 a 07/60
		Apresentar os resultados da pesquisa para os envolvidos nesse acordo de cooperação e demais interessados.	Relatório técnico	SAGRH/ SEMAS Lucimar Souza/IPAM	Mês 07/60 a 08/60
		Contribuir para dimensionar o potencial de oportunidades e demandas associadas à restauração e subsidiar a construção de políticas públicas.	Relatório técnico	SAGRH/ SEMAS Lucimar Souza/IPAM	Mês 07/60 a 08/60



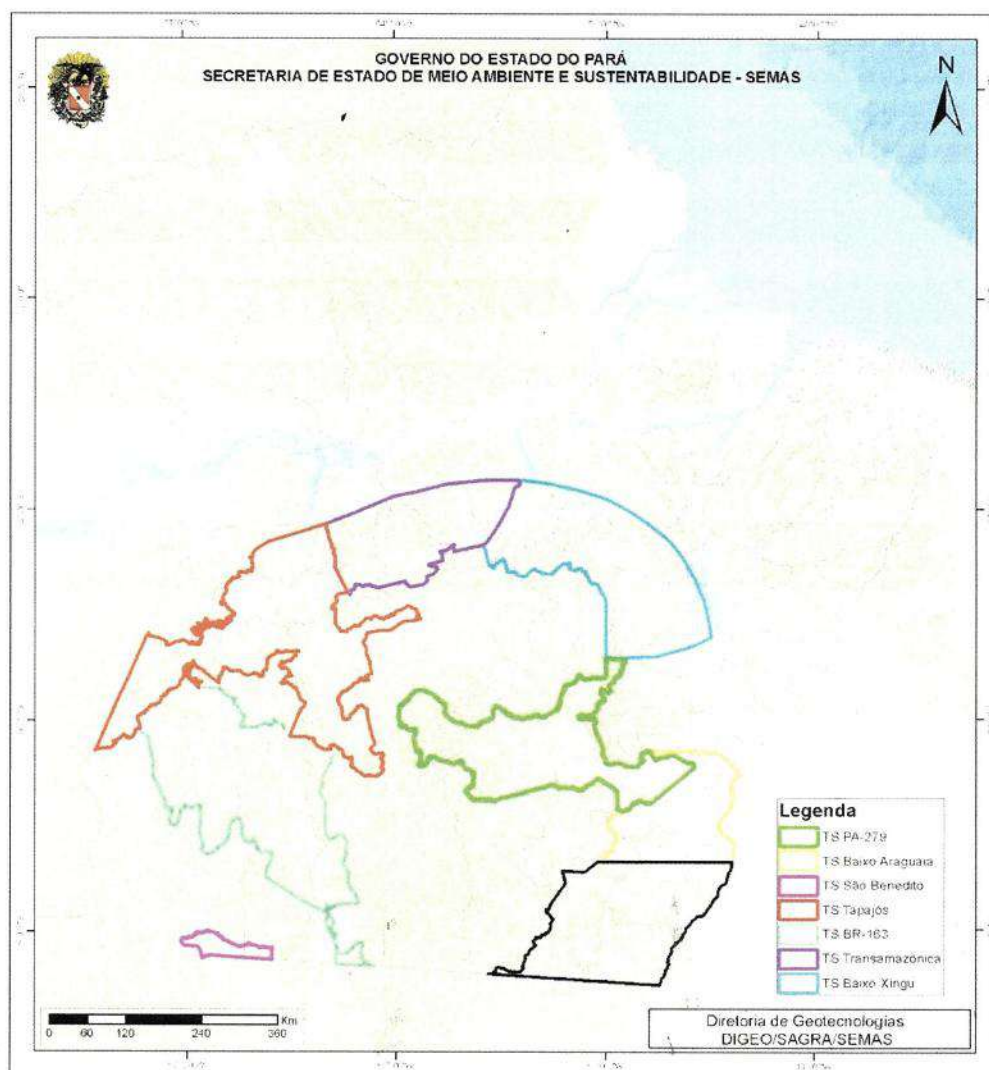
Apoiar iniciativas de restauro de passivos ambientais em duas regiões do Estado	Apoiar projetos de restauro florestal em áreas de passivos ambientais	Contribuir com atividades de restauro de passivos ambientais em duas regiões distintas do Estado através de apoio a produção de mudas, preparo de áreas, prestação de assistência técnica as famílias envolvidas.	Relatório técnico	Edivan Carvalho/ IPAM SAGRH/ SEMAS	Mês 01/60 a 60/60
---	---	---	-------------------	---------------------------------------	----------------------



5 Onde "Mês 01/60" equivale ao 1º mês de vigência do Acordo de Cooperação e "Mês 60/60" equivale ao último mês de vigência.

ANEXO 1

Tabela 1. Espacialização dos Territórios Sustentáveis delineados no âmbito do Programa Amazônia Agora



Fonte: Pará, 2020

Tabela 1. Territórios e os respectivos municípios afetados

TS_TRANSAMAZONICA	TS_TAPAJOS	TS_SAO_BENEDITO	TS_PA_279
URUARÁ	AVEIRO	NOVO PROGRESSO	CANAÃ DOS CARAJÁS
ALTAMIRA	ITAITUBA	NOVO MUNDO	TUCUMÃ
BELTERRA	TRAIRÃO	JACAREACANGA	MARBÁ
BRASIL NOVO	ALTAMIRA		XINGUARA

